

## PARA O ESTUDO DA NUMÁRIA DE D. DINIS

por Maria José Pimenta Ferro

Não pretendemos, como o próprio título indica, historiar o numerário cunhado por D. Dinis. Apenas desejamos pôr à consideração dos entendidos em história monetária, alguns documentos que reputamos inéditos e que encontrámos na chancelaria deste soberano.

Julgamos que estes, prescindindo de outros que se poderão vir a encontrar, obrigam a rever os termos em que se costuma colocar o problema da cunhagem ou não de numerário de ouro e prata por este monarca, assim como o das várias espécies monetárias lavradas em seu nome.

É um facto conhecido e assente que o sistema monetário misto, de influências muçulmanas e europeias, inicialmente, utilizado em Portugal, pelos nossos primeiros reis, de morabitinos, dinheiros e mealhas, foi substituído no reinado de D. Afonso III, pelo europeu, baseado em libras, soldos e dinheiros, dos quais só os últimos eram cunhados, permanecendo as libras e os soldos, como moeda de conta. Esta mudança é tomada, normalmente, como um marco limite da cunhagem de morabitinos, no nosso país, passando este numerário, de espécie cunhada a moeda de conta, e, por isso mesmo, estática na sua evolução <sup>(1)</sup>.

---

(1) A. Teixeira de Aragão, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, 1964, vol. I, pp. 20-21; J. Ferraro Vaz, *Numária medieval portuguesa*, Lisboa, 1960, vol. I, pp. 34, 81 e 81 nota 2, e vol. II, p. 255; V. Magalhães Godinho, *L'économie de l'empire portugais aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles*, Paris, 1969, cap. II, p. 137; A. H. de Oliveira Marques, «A moeda portuguesa durante a Idade Média», in *Ensaio de História Medieval*, Lisboa, 1965, pp. 275 e 277; *Idem*, *A sociedade em Portugal dos séculos XII a XIV*, dissert. de licenciatura (dact.), apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1956, vol. II, p. 283; M. B. Lopes Fernandes, *Memória das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos romanos até o anno*

Contudo, ao examinarmos a documentação dionisina, depararam-se-nos alguns documentos que nos levaram a pôr o problema da continuação ou não do seu fabrico, e em que liga metálica ele se teria realizado.

Trata-se, o primeiro documento, de um contrato de arrendamento, datado de 3 de Julho de 1282, no qual se pode ler «et dare de renda. *j. morabitino meo* <sup>(2)</sup> et quando istos denarios dederit» <sup>(3)</sup>.

O segundo, emitido a 18 de Maio de 1324, é uma carta de avaliação do «terço e o quinto que Duran Paez mandara ao dicto monasterio (de Sta. Maria do Carvoeiro) e apreçado segundo lhis fora mandado pela dicta carta d' el-rey que acharon que valia en compra o dicto terço e quinto, *cento e oyteenta morabitanos (ou maravedis) velhos meus. vj. dinheiros*» <sup>(4)</sup>. Estes documentos de difícil e problemática interpretação, sobretudo o último, levantam-nos, segundo o entendemos, o problema da cunhagem de morabitanos ou maravedis <sup>(5)</sup> por

---

de 1856, Lisboa, 1856, p. 13; P. Batalha Reis, *Morabitanos portugueses*, Lisboa, 1940, pp. 19-20 e 25; J. Preto Pacheco, «Estudos monetários», in *Lusitânia Sacra*, tomo VII, Lisboa, 1964/66, pp. 292 e 303; A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, pp. 278 e 280.

<sup>(2)</sup> Apesar de insólita esta expressão de «meu morabitino» para o reinado de D. Dinis, cuja numária, até hoje, conhecida e estudada, é composta por dinheiros e pela probabilidade, pouco viável, segundo alguns historiadores e numismatas portugueses, da cunhagem de torneses de prata, julgamos não nos enganarmos na interpretação do documento, a menos que o escrivão quisesse referir um morabitino «<et> medio», o que cremos inaceitável por nos coagir à mesma explicação para outras frases similares, em que a palavra, tal como aqui, nos aparece sem sinal de abreviatura e sem a copulativa.

<sup>(3)</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fl. 49 v.º

<sup>(4)</sup> *Ibidem*, liv. III, fl. 158. Ver Apêndice documental, doc. n.º 2.

<sup>(5)</sup> Julgamos que os termos morabitino e maravedi eram usados, indistintamente, quer se tratasse de moeda nacional ou não, quer de ouro ou de prata. Observando a diversa documentação compulsada, relativa a este reinado, verificámos que a primeira palavra era a única utilizada na documentação em latim, apresentando-se quer, abreviadamente (*mr̄bos*, *mrs*, *mr̄bm*, *marabitis*, etc.), quer, por extenso (A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fls. 25 v.º, 27, 28, 31, 31 v.º, 35 v.º, 36, 37, 53 v.º, 54, 57 v.º, etc.), enquanto que a segunda, devido, talvez, à influência muçul-

D. Dinis, a basearmos-nos no possessivo «*meus*», pouco vulgar nas frequentes referências a estas peças monetárias, na documentação deste reinado. A corroborar aquela hipótese, temos, talvez, a carta de foro da várzea de Ardila, junto a Mourão, dada a um grupo de famílias mouras, com a condição de pagarem, anualmente, quarenta libras por igual número de courelas, em substituição do anterior pagamento, feito em «*senhos meoz maravidis*» <sup>(6)</sup>.

A ter-se realizado, como parece que tal sucedeu, esta emissão ter-se-ia verificado no início do seu governo, pois, já, em 1281, a encontramos mencionada <sup>(7)</sup>. Por isso, ao atentarmos no adjectivo «*velhos*», julgamos que a única explicação plausível, neste caso, é a de ele querer referir a extinção daquela ou a sua substituição por uma outra moeda nova, que, como veremos, mais à frente, só poderia ser o tornês de prata de boa lei, o qual, por esta altura, já tinha sido cunhado várias vezes <sup>(8)</sup>.

A excluirmos a hipótese da sua inclusão na numária dionisina, restar-nos-ia a origem portuguesa deste numerário e, quer num caso quer noutro, ao prestarmos atenção à referência a «*vj. dinheiros*», ficar-nos-ia, como hipótese provável, a verificação de que este morabitino nunca poderia ter sido de ouro <sup>(9)</sup>.

---

mana, ou por ser, provavelmente, a mais comum na linguagem falada, faz o seu aparecimento com as primeiras tentativas de passagem a escrito do português. Ela surge-nos abreviada da seguinte maneira: *mr* (a mais usual), *mauidi*, *mruidi*, ou escrita na totalidade, e serve para indicar, não só o numerário do reino vizinho, como também, a antiga moeda portuguesa de ouro, ou seja, o «*maravedi de xxvij soldos*» ou «*maravedi velho*» (*Ibidem*, liv. I, fls. 59, 64 v.º, 65, 74, 81 v.º, etc.).

O mesmo se passou no reino vizinho, onde nos aparecem as expressões «*morabitinos*», «*morabetinis*», na documentação latina (Ver: Julio Gonzalez, *Alfonso IX*, Madrid, 1944, tomo II, pp. 10, 11, 14, 16, 18, 43, 51, 272, etc.), a par de «*meravidis*», «*maravedis*», na linguagem vernácula (*Ibidem*, *ob. cit.*, pp. 286-287).

<sup>(6)</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. IV, fl. 59.

<sup>(7)</sup> *Ibidem*, liv. I, fl. 31.

<sup>(8)</sup> *Ibidem*, liv. III, fl. 151 v.º. Ver Apêndice documental, doc. n.º 1.

<sup>(9)</sup> A explicação que nós supomos, mais viável, para esta expressão «*vj. dinheiros*», é a de ela querer referir a *lei* em que estes novos maravedis foram cunhados, e não a sua equivalência directa com a moeda corrente,



Como sabemos, os morabitanos portugueses, cunhados em metal amarelo, foram avaliados na lei de almotacaria de 1253, em 27 soldos, cada um dos velhos, ou seja, os das oficinas monetárias de D. Sancho I, segundo uns, deste soberano e de seu filho, segundo outros, e 22 soldos, cada um dos novos, isto é, os mandados fazer por D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III ou, apenas, pelos dois últimos monarcas <sup>(10)</sup>.

a qual nunca se fizera em dinheiros, mas sim em soldos. Poderíamos, também, tentar explicar, por uma hipótese remota e inaceitável, quanto a nós, como seja a referência a soldos de seis dinheiros, à semelhança dos soldos burgaleses, de Afonso X, o Sábio, que tão mau resultado obtiveram no reino vizinho de Castela (Ver: A Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, pp. 19 e 169, nota 5; Octávio Gil Farrès, *Historia de la moneda española*, Madrid, 1959, p. 203). Julgamos que esta asserção é de afastar, na totalidade, pois levar-nos-ia a afirmar uma desvalorização monetária, no início do reinado de D. Dinis, equiparando o soldo a seis dinheiros e não a doze, como era de lei, o que não é provável, se pensarmos na reacção que as quebras de moeda, praticadas por D. Afonso III (Ver: H. de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1946, tomo III, pp. 134-140), provocaram no reino, além de que não existe nenhum documento que nos faça crer numa desvalorização monetária, durante o governo do rei «lavrador», antes pelo contrário. Por tudo isto, inclinamo-nos, pela sua maior probabilidade, para o facto de estes morabitanos terem sido cunhados numa liga metálica da lei de seis dinheiros.

<sup>(10)</sup> A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 28 e p. 334, doc. n.º 3; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 138 e 138 nota 2, e vol. II, doc. n.º 25; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 132, nota 2; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 36; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 48, 70, 100-101; F. Francisco de la Figanière, *Memórias das Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1859, pp. 312-313; A. Costa Lobo, *ob. cit.*, p. 279; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade em Portugal dos séculos XII a XIV*, vol. II, pp. 285-286.

No reinado de D. Afonso III, o morabitano áureo, velho, taxado pela lei de almotacaria, em 27 soldos, apresenta-se, tal como o será no reinado de D. Dinis, mais moeda de conta do que corrente. Segundo Batalha Reis, esta denominação aplicar-se-ia à moeda de ouro de D. Sancho I e D. Afonso II (P. Batalha Reis, *ob. cit.*, p. 48). Ferraro Vaz, em *Os morabitanos à luz de uma nova investigação e de um novo achado*, sep. de *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1951, p. 18, apresenta uma nova classificação, pois, para ele, os morabitanos velhos seriam os de D. Afonso II, enquanto que os novos pertenceriam à numária de D. Sancho II, o último rei a cunhar estas moedas. O numerário áureo de D. Sancho I estaria englobado, nesta lei, na designação de morabitanos alfonsins, juntamente

Durante o reinado de D. Dinis, mantém-se para a moeda áurea velha a mesma equivalência <sup>(11)</sup>. A par desta, corre a sul do Douro, um outro morabítimo, também de origem nacional, com o valor de 15 soldos, segundo nos informam a própria documentação <sup>(12)</sup> e Fernão Lopes <sup>(13)</sup>, embora nem uma

---

com os lavrados por Afonso VIII de Leão e Castela. Para J. Preto Pacheco (*ob. cit.*, pp. 258 e 302), a denominação seria aplicada à numária de metal amarelo, mandada emitir por D. Sancho II, em oposição à que seu irmão tencionava cunhar, e que não chegou a realizar. Para A. H. de Oliveira Marques (*ob. cit.*, vol. II, p. 295), os antigos seriam os de Sancho I e Afonso II, enquanto que os novos pertenceriam aos dois filhos deste último.

<sup>(11)</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fls. 25 v.º, 54 v.º, 56 v.º, 57 v.º, 263; liv. II, fls. 93 v.º, 94, 109 v.º, 122, 125, 136 v.º; liv. IV, fls. 1, 2, 6 v.º, 7 v.º, 9, 10, 33 v.º, 54, entre muitas outras referências.

A comprovar que estes morabítimos já não eram tão correntes como outrora, temos a carta régia, dirigida ao povo de Barroso, pela qual sabemos que os habitantes deste lugar deviam pagar três mil e quinhentos morabítimos ao rei, conforme tinha sido estipulado pela carta, dada por D. Afonso III. Segundo ela, cada pastor era obrigado a dar duas moedas de ouro das velhas, «e os que non ouveren a valia de pastoria enteyra pagaren pela valia do que ouveren, assy como foy costume a do ata aqui e se alguns foren que non ajan a valya per gaados e a ouveren en al que mi paguen estes dous morabítimos» (*Ibidem*, liv. I, fl. 263).

<sup>(12)</sup> *Ibidem*, liv. II, fls. 112 v.º, 113, 113 v.º; liv. IV, fls. 4 v.º, 27 v.º, 29 v.º, etc.

É provável que alguns dos morabítimos de 15 soldos não sejam portugueses, mas leoneses. Contudo, só os consideramos como pertencentes à numária de Leão e Castela, quando tal estiver expresso, pois julgamos ser-nos permitido optar pelas duas proveniências, visto que encontramos um documento, de não muito fácil interpretação, o qual menciona dez morabítimos de portugueses de 15 soldos, o morabítimo (*Ibidem*, liv. IV, fl. 29 v.º). Comparando com a expressão semelhante, usada na carta, em que D. Dinis refere o empréstimo de trezentos maravedis de leoneses e de brancos de guerra, a oito soldos cada um, para a construção do muro de Mirandela (*Ibidem*, liv. II, fl. 64), supomos que os dez morabítimos são de origem nacional, a menos que em ambos os casos, se encontre subentendida a palavra «dinheiros» (tal como acontecia na usual expressão «libras de dinheiros portugueses» ou «libras de portugueses», e, nesse caso a moeda nacional estaria tomada, aqui, como moeda de conta. Contudo é preciso dizermos que o numerário leonês-castelhano se engloba nas moedas correntes, em ambos os reinos.

<sup>(13)</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Livraria Civilização, Barcelos, 1966, cap. LV, p. 145; J. Ferraro Vaz, *Numária medieval por-*



nem outro, nos indiquem o metal em que este último foi cunhado <sup>(14)</sup>.

Além dos valores, acima mencionados, para o morabentino, encontramos na chancelaria de D. Dinis, outros. Assim, na carta de foral de Alfândega da Fé, de 8 de Maio de 1294, estão referidos «viinte maravedis de portugaeses de oyto en soldo, o maravedi, assi como corren agora en essa terra» <sup>(15)</sup>. Na carta de quitação, passada a Filipe Guilherme, de uma dívida de trinta mil morabitanos, feita por D. Daniel e seus companheiros, no reinado de D. Afonso II, aqueles aparecem-nos na equivalência de um para dez soldos <sup>(16)</sup>. No con-

---

tuguesa, vol. I, p. 141, vol. II, p. 255, nota 2; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 43; F. F. de la Figanière, *ob. cit.*, p. 317; J. Preto Pacheco, *ob. cit.*, p. 312; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, vol. II, p. 300.

<sup>(14)</sup> Segundo Ferraro Vaz, estes morabitanos de 15 soldos, cada um, teriam sido as antigas moedas de ouro, cunhadas por Afonso VIII de Castela, Afonso IX de Leão e Sancho I de Portugal, as quais, no tempo de Afonso III, só poderiam representar «moeda fictícia» (J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 82, nota 2, vol. II, pp. 254, 257, 258). É preciso não esquecer que eles, também, podem indicar os maravedis de ouro de 15 soldos pepiones, sendo, portanto, moeda leonesa-castelhana (M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 8; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, p. 97; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 19).

Além do ouro, a prata é o outro metal em que este numerário deve ter sido cunhado, se nos lembrarmos que em 1252, Afonso X, cria os seus maravedis brancos da primeira guerra de Granada, ou alfonsins, ou maravedis de 15 soldos, o maravedi, sendo este soldo, equivalente a seis dinheiros e não a doze, como os soldos pepiones, cunhados pelo rei anterior (Octávio Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 203).

Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, cap. LV, p. 145, refere que, a sul do Douro, corria no reinado de D. Dinis, o maravedi de 15 soldos, «E çem maravidis, destes de quinze soldos, era conthia de hum escudeiro vassallo delRei, os quaaes çem maravidijs valiam seteemta e çimquo livras, que eram açerca de çimquo marcos e meo de prata; por que em catorze livras destes dinheiros velhos era achado hum marco de prata de lei domze dinheiros, e tanto vallia emtom de compra».

<sup>(15)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fls. 78 v.º-79. A explicação que demos para o numerário anterior, é aplicável a este maravedi, visto que no noroeste da Península, corriam maravedis de Afonso X, avaliados em oito soldos cada um (O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 204).

<sup>(16)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fl. 89 v.º; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 82, nota 2, vol. II, p. 253; A. Teixeira de Aragão,

trato de aforamento de propriedades reguengas, sitas no termo de S. Salvador, os moradores devem pagar de lutuosa «huũ meyo maravedi de treze soldos e meyo» (17). Numa outra carta, dada aos moradores de Vilar de Pombares, terra de Bragança, encontramos o seguinte: «E todo homen que estes juizes enprazaren e non veer, pague quatro maravedis d'oito ssoldos, o maravedi, nove por nove portugueses» (18).

Como podemos verificar, o laconismo e a pouca clareza predominam nestas fontes, daí que as dúvidas surjam e nos originem hipóteses cuja solução entregamos ao estudo dos numismatas e historiadores da moeda portuguesa.

Segundo nos parece, a única viabilidade lógica será a de concluirmos que a grande maioria deste numerário apresentar-se-ia cunhada em prata, podendo, contudo, referir-se quer aos dirrhemes muçulmanos (19), quer aos maravedis leoneses-

---

*ob. cit.*, vol. I, pp. 34, 35. (Estes dois Autores referem, por lapso, trinta mil libras, em vez de trinta mil morabitinos, de dez soldos cada um).

Ferraro Vaz identifica o dinar com o maravedi de dez soldos (*Idem, ob. cit.*, vol. I, p. 82). Teixeira de Aragão integra-os no numerário de prata (*Idem, ob. cit.*, vol. I, pp. 151 e 152). Julgamos que este Autor elaborou um erro, ao identificar estes «X solidos», com o soldo, subdivisão da libra, computando, assim, o morabitino de dez soldos, existente no reinado de D. Sancho I, em 120 dinheiros. Cremos que aquela designação deverá querer indicar os soldos argênteos, ou seja, os dirrhemes muçulmanos, estando, assim, certa a relação de dez moedas brancas para uma de ouro.

V. Magalhães Godinho, pelo contrário, considera-os como o quarto da dobra almóade, ou o terço do dinar almorávida ou do morabitino alfonsim (V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 132, nota 2).

(17) A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. IV, fl. 20. Julgamos que este meio maravedi seja a metade do morabitino velho de vinte e sete soldos.

(18) *Ibidem*, liv. IV, fl. 43.

(19) Ao iniciarem o seu sistema monetário, os muçulmanos cunham o dinar de ouro, à semelhança do nomisma ou besante do Império Romano do Oriente, o dirrhem, em prata de onze dinheiros, cuja raiz é a dracma sassânida, e o felous, simples moeda de cobre. Os dirrhemes sofreram, ao longo dos séculos, uma desvalorização acentuada, originando o seu fabrico com uma percentagem reduzida de prata (Marc Bloch, «Le problème de l'or», in *Mélanges Historiques*, Paris, 1963, vol. II, p. 840; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 97; O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 118; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 7; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 110

-castelhanos <sup>(20)</sup>, com, assim o julgamos, as seguintes únicas excepções:

- os morabitanos ou maravedis «velhos meus. vj. dinheiros»;
- os «senhos meoz maravidis»;
- «viinte maravedis de portugaeses de oyto en soldo»;
- os 10 morabitanos ou maravedis de portugueses de 15 soldos, cada um;
- «j. morabitano meo» <sup>(21)</sup>.

Voltemos, novamente, à carta de avaliamto que nos despertou a atenção. Como já o mencionámos, apresenta-se-nos, que o saibamos, a primeira referência a maravedis de seis dinheiros. A única hipótese, para que nos inclinamos, a fim de explicar os «vj. dinheiros», é a de estes referirem a liga metálica destas moedas, distinguindo-as das outras, então, correntes, em Portugal, e de proveniência quer nacional, quer leonesa-castelhana, quer muçulmana. De facto, a ser de liga de seis dinheiros, este numerário apresentar-se-ia com uma percentagem de 50 % de liga de cobre ou de outro metal, e 50 % de prata. Não era, portanto, uma espécie argêntea de boa lei<sup>(22)</sup>.

---

e 114; Eliyahu Ashtor, *Les métaux précieux et la balance des paiements du Proche-Orient à la Basse Époque*, Paris, 1971, pp. 32-39; Maurice Lombard, «Do ouro muçulmano do VII ao XI século. As bases monetárias de uma supremacia económica», in *Revista de História*, S. Paulo, 1953, vol. VI, p. 29.

<sup>(20)</sup> O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 137 e 203-206; D. Pedro de Cantos Benitez, *Escrutinio de maravedises y monedas de oro antiguas, su valor, reduccion, y cambio a las monedas corrientes deducido de escrituras, leyes y pragmáticas antiguas, y modernas de España*, Madrid, 1763, pp. 31, 35-37; L. P. García, *Moedas estrangeiras que circularam em Portugal*, Castelo Branco, 1938, pp. 11 e 78-79; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, pp. 8-9; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 30, nota 3 e vol. II, p. 262, nota 4; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 19 e 95-96.

<sup>(21)</sup> A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 158; liv. IV, fl. 59; liv. II, fls. 78 v.º-79; liv. IV, fl. 29 v.º; liv. I, fls. 31 e 49 v.º, respectivamente.

<sup>(22)</sup> A boa moeda de prata devia ser cunhada numa liga metálica da lei de 11 dinheiros. (Jacques Heers, *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Aspects économiques et sociaux*, PUF, Paris, 1970, p. 311; Robert Delort,



Em qualquer dos casos, o que nos interessa neste momento, é que ela teria sido, talvez, a primeira peça, cunhada em metal branco, por um soberano português, e dentro do sistema monetário muçulmano, vigente na Península.

Serão estes maravedis, os portugueses de oito no soldo?

A sua reduzida equivalência no soldo, ou seja,  $1/3$  do morabitino velho português, de ouro, e  $1/2$  da outra espécie monetária com o mesmo nome <sup>(23)</sup>, corrente no reino, corrobora, assim o cremos, que a sua cunhagem só poderia ter sido realizada em prata.

Não pensemos que este fabrico tenha surgido «ex nihilo». Afonso X, o Sábio, avô do rei português, tentara, já, uma fugaz e falhada cunhagem de maravedis de prata <sup>(24)</sup>, vários anos antes do aparecimento do «gros tournois» de Luís IX, de França <sup>(25)</sup>.

\*  
\*      \*

Vejamos, agora, um outro aspecto da numária deste reinado, que bastante celeuma tem provocado.

Teria D. Dinis cunhado ou não, dobras e torneses? A inexistência de exemplares do primeiro tipo e a raridade

---

*Introduction aux sciences auxiliares de l'Histoire*, ed. Armand Colin, Paris, 1969, p. 309; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 128 e 128, nota 2; J. Preto Pacheco, *ob. cit.*, pp. 279 e 290; A. de Sousa Silva Costa Lobo, *ob. cit.*, pp. 276 e 280.

<sup>(23)</sup> Fr. Francisco de Sta. Maria, no seu *Memorial das moedas de ouro, prata e cobre, que se tem lavrado neste nosso Reyno de Portugal, desde o seu principio até o presente*, refere o maravedi de 15 soldos, corrente em Portugal, como moeda de prata. (António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1947, tomo IV, liv. V, p. 184).

<sup>(24)</sup> Ver nota 19.

<sup>(25)</sup> Robert Delort, *ob. cit.*, p. 328; René Sédillot, *Histoire de l'or*, Paris, 1972, p. 132; O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 137 e 203; Marc Bloch, *ob. cit.*, p. 860; Jacques Heers, *ob. cit.*, p. 311; L. P. Garcia, *ob. cit.*, p. 11; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 36, nota 3 e vol. II, p. 259; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 47.

dos segundos serão razão suficiente para negarmos o seu fabrico?

Atentemos, na documentação que se segue.

Numa carta de quitação, datada de 26 de Junho de 1323, e dada a Gonçalo Domingues, sacador das dívidas reais, em Lisboa, o rei refere que, como «me servisse (ele) gran tempo ha en muytas cousas en ffecto do meu aver tan ben en tirar as mhas dividas come en estar nas mhas moedas *que eu per algũas vezes mandey fazer per meu mandado peça d'aver tan ben en dobras e en torneses e en dinheiros*»<sup>(26)</sup>.

Um outro documento de género idêntico, passado a Martin Durães, fruteiro do rei, menciona que ele dera bom conto e recado das dobras, torneses, dinheiros, ouro e prata, anéis, panos, fruta, especiarias, etc., que recebera do monarca e entregara por ordem deste em diversos lugares do reino<sup>(27)</sup>.

Até à data, que o saibamos, os historiadores da moeda têm estado renitentes em apresentar um interregno de quase uma centúria, na feitura da moeda áurea, ou seja, desde meados do século XIII, mais precisamente do início do reinado de D. Afonso III, a aceitarmos a hipótese de que foi este soberano e não D. Sancho II, o último a cunhar morabitanos de ouro, na razão de 64 no marco<sup>(28)</sup>, aos meados do século XIV, com D. Pedro I, o Justiceiro<sup>(29)</sup>. Este teria sido, assim, o primeiro a ordenar a feitura de numerário de ouro e prata, res-

(26) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 151 v.º.

(27) *Ibidem*, liv. III, fl. 161 v.º.

(28) P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 45, 46, 48; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, pp. 158-159; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 372; *Idem*, *Os morabitanos à luz de uma nova investigação e de um novo achado*, pp. 18, 23 e 24; J. Preto Pacheco, *ob. cit.*, pp. 302, 303; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade em Portugal durante os séculos XII a XIV*, vol. II, p. 295; *Idem*, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, pp. 277 e 301, notas 26 e 28.

(29) Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. LV, p. 147; *Idem*, *Crónica de D. Pedro I*, ed. da Livraria Civilização, Barcelos, 1965, cap. XI, pp. 50 e 51; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, pp. 174-175; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 139; P. Batalha Reis, *O espírito cristão da numismática portuguesa*, sep. da *Brotéria*, vol. XXXVI, fasc. V, Lisboa, 1943, p. 4; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 14.

pectivamente, dobras <sup>(30)</sup> e torneses <sup>(31)</sup>, acompanhando Portugal, com mais de um século de atraso, a revolução europeia da prata e do ouro <sup>(32)</sup>.

Contudo, se recuarmos no tempo, veremos que alguns historiadores portugueses referem para o reinado de D. Dinis, a existência de amoedação, realizada nestes metais. Faria e Sousa menciona o «soldo de 3 maravedis» ou real branco <sup>(33)</sup>

---

<sup>(30)</sup> A dobra ou «quadratus» e a meia-dobra são moedas de ouro, cunhadas pelos almóades, em substituição do decadente dinar almorávida. Nos reinos cristãos da Península Ibérica, o seu fabrico foi iniciado, pela primeira vez, por Fernando III de Leão e Castela, o qual criou as «duplas magnas Ffernandiis» e as «duplas parvas Ffernandiis», equivalendo dez das pequenas a uma das grandes. A sua cunhagem prossegue até ao governo dos Reis Católicos.

Na Catalunha, Jaime I lavra, também, esta moeda de ouro.

Em Portugal, segundo Fernão Lopes, a sua primeira emissão ter-se-ia realizado no reinado de D. Pedro I, continuando-se pelo de D. Fernando (Octavio Gil Farrês, *ob. cit.*, pp. 119, 138, 202, 206, 209, 210, 211; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 144, 145; P. Batalha Reis, *Morabitinos portugueses*, pp. 37, 71, 81, 82, 84, 93, 94, 103; L. P. Garcia, *ob. cit.*, pp. 9, 11; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 169, nota 1, e pp. 174, 175, 178, 179, 186, 187; A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa na Idade Média*, p. 304, nota 55; J. Ferraro Vaz, *Numária medieval portuguesa*, vol. II, pp. 330 (doc. n.º 34), 417, 419, 421; Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, cap. XI, pp. 50, 51; *Idem*, *Crónica de D. Fernando*, cap. LV, p. 147).

Pelo que acima dissemos, podemos afirmar que as dobras fazem a sua aparição, na numária nacional, no reinado de D. Dinis.

<sup>(31)</sup> Ver nota 25.

<sup>(32)</sup> Marc Bloch, *ob. cit.*, vol. II, pp. 841-843, 860-863; J. Heers, *ob. cit.*, p. 312; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 133-136, 140-142; René Sédillot, *ob. cit.*, pp. 130-133; Maurice Lombard, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>(33)</sup> Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, III, 3.ª parte, cap. XI, referido por V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 137, nota 1.

Julgamos poder afirmar que esta designação, dada por Faria e Sousa à moeda de prata, cunhada por D. Dinis, é uma transposição do real branco para uma época anterior ao seu aparecimento. De facto, a peça monetária, denominada «real», surge, pela primeira vez, na Flandres, aplicada a um numisma de ouro, e, mais tarde, na segunda metade do século XIV, com Pedro IV de Aragão e Pedro I de Castela, como moeda argêntea, em cada um destes reinos. Será, somente, com D. Fernando que o real de prata entrará na numária portuguesa, valendo dez soldos, e tendo sido cunhado em ligas metálicas de dez e onze dinheiros de lei. (O. Gil



e António Caetano de Sousa, na sua colectânea de estudos numismáticos, afirma as cunhagens de dobras e meias dobras, torneses e meios torneses, ou, como estes, vulgarmente, são denominados, fortes e meios fortes <sup>(34)</sup>. Se, pelo que respeita às dobras, nenhum acrescenta as fontes documentais ou os exemplares, em que basearam tal asserção, o mesmo já não acontece com os fortes que alguns asseguram ter visto, chegando a descrevê-los <sup>(35)</sup>.

No século passado, Teixeira de Aragão, ao organizar o catálogo da exposição de numismática portuguesa, realizada em Paris, descreve o tornês de D. Dinis, inclinando-se, não para a sua inautenticidade, mas sim, para o seu fabrico no estrangeiro <sup>(36)</sup>. Contudo, posteriormente, na sua obra monumental, este Autor, apenas, refere, como pertencentes à numária dionisina, os dinheiros de bolhão, considerando os torneses, atribuídos a este soberano, como apócrifos <sup>(37)</sup>. É provável que se encontre, aqui, e em Fernão Lopes, a base das dúvidas postas pelos historiadores posteriores, quanto à realização da cunhagem de numerário branco por este rei <sup>(38)</sup>.

---

Farrès, *ob. cit.*, pp. 161, 174, 202; D. Pedro de Cantos Benitez, *ob. cit.*, p. 67; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 144; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 189; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 423.

<sup>(34)</sup> A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, tomo IV, pp. 96, 115, 116, 159, 184; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade em Portugal do século XII a XIV*, vol. II, pp. 298, 299, 303; *Idem*, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, p. 302, nota 37.

<sup>(35)</sup> Fr. António da Purificação descreveu o forte de prata, cunhado por D. Dinis: «de huma parte tinha o habito de Christo, que elle instituir, com a letra: Dionysius Rex Portug. & Algarb. no reverso o Escudo Real, com esta letra: Adjutorium nostrum in nomine Domini» (A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, tomo I, p. 96). Ver nota 96 e p. 224, gravura 1.

<sup>(36)</sup> A. Teixeira de Aragão, *Description des pièces de monnaie ayant eu cours en Portugal dès les temps les plus anciens jusqu'à nos jours, faisant partie de la collection numismatique de S. M. FF. Le Roi D. Louis I<sup>er</sup>*, s/l, s/d, p. 260.

<sup>(37)</sup> A. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica...*, vol. I, pp. 167-168.

<sup>(38)</sup> V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 137; A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, p. 281; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 47; Damião Peres, *Catálogo das moedas portuguesas do Museu Municipal do Porto*, Porto, 1929, tomo I, pp. 31 e 32.

Modernamente, no entanto, pelo que refere à moeda argêntea, Ferraro Vaz, baseando-se na metrologia, usada na época, integra a cunhagem de torneses, nas pertencentes ao reinado de D. Dinis, embora ponha, também, a hipótese de tal poder não ter sido exequível, a aquilatarmos a quantidade enorme de numerário estrangeiro, europeu e muçulmano, corrente em Portugal, durante este governo e os anteriores <sup>(39)</sup>.

É um facto, que, se nós tomarmos em consideração a lei de almotaçaria de 1253, atrás referida, encontramos já nela informações abundantes a moedas estranhas e suas respectivas equiparações com as portuguesas <sup>(40)</sup>. E, se nos transpusermos para o ano de 1280, encontramos mencionadas numa carta de quitação, sumamente, conhecida e estudada <sup>(41)</sup>, moedas castelhanas (dinheiros leoneses, dinheiros de prata e dinheiros pretos ou de bolhão, de Castela, as dobras grandes e pequenas de Fernando III, o Santo, denominadas, por isso, fernandinhas <sup>(42)</sup>), francesas (os «denariis turonensibus grossis» ou «gros tournois» ou torneses <sup>(43)</sup>), os dinheiros torneses negros, as meallas parisienses), inglesas (dinheiros «stellingionenses» e os soldos «stellingionensium magnorum grossorum», que Teixeira de Aragão considera uma deturpação dos esterlinos <sup>(44)</sup>), muçulmanas (as dobras de Marrocos <sup>(45)</sup>), além de numerário portu-

---

<sup>(39)</sup> J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 36, 37, vol. II, p. 391.

<sup>(40)</sup> A. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica...*, vol. I, doc. n.º 3, p. 334. Ver nota 10.

<sup>(41)</sup> A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 345; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, pp. 329-330 e doc. n.º 34; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 138; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade em Portugal do século XII a XIV*, vol. II, pp. 301 e 302.

<sup>(42)</sup> O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 202; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, vol. II, p. 302; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 136; L. P. Garcia, *ob. cit.*, p. 11; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 169, nota 1 (estes dois últimos Autores consideram estas dobras cunhadas por Fernando II); P. Batalha Reis, *Morabitinos portugueses*, pp. 93 e 94.

<sup>(43)</sup> Ver nota 25.

<sup>(44)</sup> A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 169, nota 9; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, vol. II, p. 302; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 140.

<sup>(45)</sup> O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 119; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 131, 132, 133, 134, 136; L. P. Garcia, *ob. cit.*, p. 9. Ver nota 30.



guês, os dinheiros<sup>(46)</sup>, e, provavelmente, também, os morabitanos de ouro<sup>(47)</sup>, não sendo de excluir a hipótese de estes pertencerem quer ao mundo islâmico quer ao da vizinha Castela.

---

(46) O dinheiro, o mais antigo numerário, cunhado em Portugal, em liga metálica da lei de um dinheiro, ou seja, uma parte de prata pura em doze de liga de prata e cobre, tem uma existência de dois séculos, apenas, visto que o seu fabrico só se realizará ao longo da primeira dinastia. É, também, denominado moeda de bolhão ou preta.

Dentro do sistema de morabitanos, dinheiros e mealhas, usado até D. Afonso III, as três peças monetárias eram lavradas, equivalendo duas das últimas a um dos penúltimos. Com este monarca, inicia-se o sistema francês de contagem, no qual só o dinheiro é emitido, enquanto que os soldos e as libras são meras moedas de conta. Assim, numa libra havia vinte soldos e num soldo doze dinheiros, cabendo, portanto, na primeira, duzentos e quarenta dinheiros. Este soberano, ao longo do seu reinado, procede a várias quebras de moeda, ocasionando que a moeda de bolhão, mandada cunhar pelos seus antecessores, passe a designar-se por «dinheiros velhos», o mesmo sucedendo às suas emissões, anteriores às desvalorizações monetárias.

No reinado de D. Dinis, encontramos, em documentos de 1280, referências à «moeda velha husada de Portugal» (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fls. 26 v.º, 29 v.º, 30), podendo, com isto, querer indicar as cunhagens de dinheiros, feitas por seu pai. Porém, julgamos que o mesmo já não acontece com as três libras «da boa moeda velha de Portugal» (*Ibidem*, liv. I, fl. 56 v.º), pois esta, quando muito, poderá ser a da primeira emissão, feita por este, se não se referir, mesmo, às cunhagens de dinheiros de D. Sancho II ou às dos seus antecessores, que, porventura, ainda circulassem. Em 1297, já D. Dinis tinha ordenado nova ou novas emissões de moeda, pois numa carta, surgiu-nos a menção a uma libra «da mha moeda velha aquel que ouver valia de C maravedis de Leon» (*Ibidem*, liv. I, fl. 1), e, outra de 1299 refere trinta soldos «da mha husada moeda velha de portugueses» (*Ibidem*, liv. IV, fl. 7 v.º).

D. Afonso IV desvalorizará a moeda, lavrando nove dinheiros num soldo, sendo a libra computada em cento e oitenta dinheiros e não em duzentos e quarenta, como anteriormente. Este numerário sofrerá nova quebra com D. Fernando, sendo cunhado numa liga de lei de 1/3 de dinheiro (J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, pp. 22, 58, 81, 83, 84, 131, 137, 139, 142, 145, 154, 155; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 129-131; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, pp. 146, 151, 159, 162, 163, 167, 169, 171, 172, 176, 194; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 143, 147; A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, pp. 277, 279, 280, 281; H. de Gama Barros, *ob. cit.*, tomo III, pp. 140-145).

(47) P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 15-68 e 98-101; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 276, 277; J. Ferraro Vaz, *Numária medieval portu-*



É esta variedade monetária que, segundo alguns Autores modernos, teria impedido D. Dinis de cunhar moeda de ouro e de prata, por desnecessária, englobando aqueles, por isso, toda e qualquer menção a dobras e torneses no numerário estrangeiro <sup>(48)</sup>.

A corroborar tal asserção, havia o facto de até à data, não serem conhecidos quaisquer documentos escritos, coetâneos, mencionando tais fabricos, excepto os de dinheiros, e a inexistência de exemplares comprovativos, se abstrairmos o tornês de prata que tem sido objecto da maior controvérsia, entre os entendidos. De facto, ele tem sido atribuído não só a este soberano, mas também ao infante D. Dinis, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, quando da sua pretensão ao trono português, um século mais tarde <sup>(49)</sup>.

Apesar desta discrepância de opiniões, todos estão conformes em afirmar que, no reinado de D. Dinis, houve uma revalorização monetária, relacionada com o florescente comércio interno e externo português, de então. De facto, sabemos que o marco de prata que, no final do reinado de D. Afonso III, era comprado a dezassete libras, desceu, no início do governo de D. Dinis, para dezasseis libras e meia e, mais tarde, para catorze, como nos informa Fernão Lopes <sup>(50)</sup>. Todavia, este cronista, apenas menciona os dinheiros cunhados à razão de duzentos e quarenta na libra.

---

*guesa*, vol. I, pp. 97-104; *Idem*, *Os morabitos à luz de uma nova investigação e de um novo achado*, pp. 5-24; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, pp. 26-32; J. Preto Pacheco, *ob. cit.*, pp. 247-248, 250-259 e 304.

<sup>(48)</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LV, p. 146; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 281 e 302, nota 37; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 136; L. P. Garcia, *ob. cit.*, pp. 10-11; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, pp. 44 e 46; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 23-25 (Este Autor apresenta como explicação para a não cunhagem de moeda áurea por D. Dinis, o facto deste soberano não querer quebrar o juramento feito por seu pai, de não tornar a desvalorizar a moeda).

<sup>(49)</sup> M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 47; J. Ferraro Vaz, *Numária medieval portuguesa*, vol. II, p. 390; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 168.

<sup>(50)</sup> Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. LV, p. 146; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 280; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 128.

Se atentarmos, agora, na *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina, encontramos várias referências à próspera situação económica do reino. Assim, após o tratado de Alcanizes, D. Dinis ajuda o rei de Castela, Fernando IV, casado com a infanta portuguesa, D. Constança, a levar a bom termo as lutas internas no seu território, dando-lhe um milhão de maravedis e uma copa com uma esmeralda, avaliada em mais de doze mil libras de ouro <sup>(51)</sup>. Pouco depois, o rei português empresta a D. Jaime de Aragão, seu cunhado, para o custeio da guerra contra os mouros e de outras necessidades, a quantia de dez mil dobras de ouro e, acrescenta o cronista, «elRey dom dinis lhe dise q̃ o emprestimo de dez mil dobras era escusado mas q̃ daquellas e doutras tantas por que fosẽ xx. mjl lhe farja graça, ca pois elle as tinha era rezã de lhas dar e elRey daragã de as regeber delle pois lhe compria e dellas tinha neçesidade as quaes lhe logo mãdou entregar» <sup>(52)</sup>. A 3 de Julho de 1309, torna-se credor, novamente, do seu genro ao emprestar-lhe dezasseis mil e seiscentos marcos de prata <sup>(53)</sup>. Rui de Pina refere, também, que D. Dinis, ao dar casa a D. Beatriz, mulher do futuro Afonso IV, lhe doa oitenta mil libras de assentamento por ano <sup>(54)</sup>.

Podemos, ainda, citar, entre outras quantias, estas mais reduzidas, como o empréstimo de trezentos maravedis de leoneses e de brancos de guerra, a oito soldos cada um, para a construção da muralha de Mirandela <sup>(55)</sup>, o de mil libras de dinheiros portugueses ao concelho de Lisboa <sup>(56)</sup>, o de mil e quinhentas libras, feito a dois particulares, João Momedes e Bonanati, para a construção de uma almadrava, para a pesca do atum, golfinhos, toninhas e espadartes, entre Sines e Setú-

---

<sup>(51)</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, ed. Livraria Civilização, Porto, 1945, cap. XI, p. 271.

<sup>(52)</sup> *Idem*, *ob. cit.*, cap. XI, pp. 73 ou 232, 233.

<sup>(53)</sup> *Idem*, *ob. cit.*, cap. XII, p. 236; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 136.

<sup>(54)</sup> Rui de Pina, *ob. cit.*, cap. XVIII, p. 263.

<sup>(55)</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fl. 64.

<sup>(56)</sup> Lisboa, Arquivo Histórico da Câmara Municipal, *Livro dos Pregos*, doc. n.º 35, fl. 35.

bal <sup>(57)</sup>, ou, então, a doação de quinhentas libras aos povoadores de Alvor para erguerem o seu castelo <sup>(58)</sup>.

A corroborar o que acabamos de mencionar, apresentamos outras cartas de quitação que podem ajudar na compreensão destes problemas.

Assim, a 25 de Maio de 1321, o concelho de Bemposta de Riba Douro recebe o dobro dos foros que pagava à coroa, «pera sse acreçentar e pobrar milhor a dicta villa», no dizer do próprio monarca <sup>(59)</sup>. A 20 de Novembro de 1319, Afonso Martins, vice-chanceler, cónego de Lisboa e de Viseu, e prior de Póvoas, fica isento do pagamento da quantia de seiscentas libras de dinheiros que «filhara enprestadas da mha (do rei) chancelaria ou mays quantos quer que sejam» <sup>(60)</sup>. O mesmo sucede com Gonçalo Domingues, sacador das dívidas reais, o qual fica quite e livre das mil libras que D. Dinis lhe emprestara «pera fazer seu (de Gonçalo Domingues) proveito» <sup>(61)</sup>. Vicente Martins, ex-almoxarife de Lisboa, e, na altura cevadeiro da rainha recebe idêntico benefício, ao lhe serem quitadas as cinco mil seiscentas e cinquenta e quatro libras, três soldos e dois dinheiros que devia ao soberano, de contas atrasadas, respeitantes ao almoxarifado <sup>(62)</sup>.

A propósito dos empréstimos régios, podemos relembrar o seguinte passo do primeiro testamento de D. Dinis: «Primeiramente conhosco que levey aver como nom devera das montas que faziam os judeus e os cristaaos en rendar as mhas oveenças e algũas mhas herdades e quanto mhas montavam nom era polo valerem as rendas que rendavam mays por gaanharem nas attendas que lhys eu fazia con'o meu aver gaanhando com ele as husuras» <sup>(63)</sup>.

Cremos residir, aqui, uma das grandes fontes de rendimento pessoal e nacional deste monarca que, tão bem soube

---

<sup>(57)</sup> J. Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1944, vol. I, p. 25.

<sup>(58)</sup> Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimientos*, in *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1956, vol. II, tomo I, p. 108.

<sup>(59)</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 138.

<sup>(60)</sup> *Ibidem*, liv. III, fl. 129.

<sup>(61)</sup> *Ibidem*, liv. III, fl. 156 v.º.

<sup>(62)</sup> *Ibidem*, liv. III, fl. 162 v.º.

<sup>(63)</sup> J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, doc. n.º 35.



incrementar o povoamento, o comércio, a agricultura e outras actividades vitais «pera poder per hi melhor defender a mha terra assi en guerra como en al quando mi foy mester» <sup>(64)</sup>.

Também, se atentarmos nos vários testamentos deste monarca, constatamos que, não só mencionam, apenas, libras de dinheiros portugueses, mas também a existência de um grande aumento quantitativo, nos valores monetários legados.

Enquanto que, no primeiro testamento, datado de Santarém, a 8 de Abril de 1299, o total deve perfazer, aproximadamente, umas cinquenta mil libras <sup>(65)</sup>, no segundo, de 30 de Junho de 1322, o monarca ordena «pera se conpriren as cousas que en este meu testamento adeante som scritas, filho do meu aver movil que for achado ao tenpo de mha morte na torre Alvarraan do meu alcaçar de Lixbõa que eu hy juntey tan ben pera prol de mha alma como pera defendimento dos meus Reynos, trezentas e cinquenta vezes mil libras de dinheiros portugueses». Ordena, também, aos seus testamenteiros, que entreguem ao papa e aos cardeais quinhentos marcos de prata <sup>(66)</sup>.

Por aqui podemos concluir que o numerário depositado na torre do tesouro septuplicou, durante os vinte anos que intervalam os dois testamentos.

Verificamos, por outro lado, que, em ambos, o monarca refere quantias para resgatar cativos da posse dos mouros e para um cavaleiro «que seja homen de bõa vida e de vergonça que vaa por mim aa Terra Sancta d'ultramar e que ste hi per dous anos compridos se a cruzada for servindo a Deus por mha alma», sendo no último de dez mil e três mil libras, respectivamente <sup>(67)</sup>. Julgamos provável que estas libras, pelo menos, seriam entregues em numerário de ouro e prata e não nas moedas correntes de bolhão, que serviriam somente para o comércio interno e pouca valia teriam no mundo islâmico.

Observemos, ainda, a questão por outro prisma, retornando ao factor comércio externo.

---

<sup>(64)</sup> *Idem, ob. cit.*, tomo II, doc. n.º 37.

<sup>(65)</sup> *Idem, ob. cit.*, tomo II, doc. n.º 35.

<sup>(66)</sup> *Idem, ob. cit.*, tomo II, doc. n.º 37; A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, tomo IV, liv. V, p. 113; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>(67)</sup> J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, tomo II, docs. n.º 35 e 37.

É um facto assente por todos os historiadores que as nossas transacções internacionais estavam em franco progresso, neste reinado. Mercadores e produtos portugueses dirigiam-se quer ao Norte de África, onde se vendiam os frutos do Algarve, pagos, talvez, já então, como mais tarde, no século xv, pela boa dobra mourisca<sup>(68)</sup>, quer à Europa (Flandres, França, Castela, etc.), onde se traficava o sal, os frutos algarvios, o vinho, a cera, o mel, o peixe seco, etc.<sup>(69)</sup>, por outros produtos ou, provavelmente, pela prata das minas da Europa central<sup>(70)</sup>, como nas duas centúrias seguintes, o ouro do Sudão será transaccionado, em Anvers, pelo metal branco europeu<sup>(71)</sup>.

Julgamos que só o comércio externo pode explicar a quantidade suficiente de metal áureo e argênteo, necessária à cunhagem de dobras, maravedis e torneses e à frequência das mesmas espécies de origem estrangeira, no nosso país.

O ouro, se excluirmos a hipótese da sua proveniência ser a Europa central e leste, pois, chegaria, aqui, demasiado encarecido<sup>(72)</sup>, apenas, pode provir do mundo muçulmano, do qual ele era detentor todo poderoso, sobretudo, a partir do império almorávida que vai canalizar para o seu território,

---

(68) Alberto Iria, *ob. cit.*, vol. II, tomo I, cap. IV, p. 281, nota 2, e pp. 282, 288; L. P. Garcia, *ob. cit.*, p. 9.

(69) A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959, pp. 91, 112-130; J. Lúcio de Azevedo, «Organização económica», in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, Barcelos, 1929, vol. II, pp. 422-427; H. de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, s/d, tomo X, pp. 199, 207, 208, 222-230, 282; Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Coimbra, 1922, vol. I, pp. 457-458; Alberto Iria, *ob. cit.*, vol. II, tomo I, cap. IV, pp. 287, 290.

(70) Marc Bloch, *ob. cit.*, p. 843; Pierre Chaunu, *L'expansion européenne du XIII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle*, PUF, Paris, 1969, pp. 314-316; E. Ashtor, *ob. cit.*, p. 35; F. Graus, «La crise monétaire du XIV<sup>e</sup> siècle», in *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, vol. XXIX, Bruxelas, 1951, pp. 445-448; Desanka Kovacevic, «Les mines d'or et d'argent en Serbie et Bosnie», in *Annales E-S-C*, 15<sup>e</sup> année, Mars-Avril, 1960, n.<sup>o</sup> 2, pp. 248-253.

(71) F. Braudel, «Do ouro do Sudão à prata da América», in *Revista de História*, S. Paulo, 1953, p. 75; *Idem*, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 376-377.

(72) Marc Bloch, *ob. cit.*, p. 862; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 135; Desanka Kovacevic, *ob. cit.*, pp. 248-253.

o ouro sudanês, tão necessário ao fabrico de dinares, e, mais tarde, ao das dobras almóades, assim como, posteriormente, será assaz ansiado pelos reinos europeus que se lançarão, desde os finais do século XII, no grosso comércio internacional, na peugada das prósperas repúblicas italianas <sup>(73)</sup>.

O mesmo sucedia com a prata de que a África era carecente, e cujas minas se situavam na Europa, na Península Ibérica, no Maciço Central, na Boémia, na Hungria, para só indicarmos as mais importantes <sup>(74)</sup>.

Portugal permaneceu sempre, ao longo da Idade Média, necessitado de ambos, embora houvesse algumas minas de ouro, prata, cobre e outros metais, no seu território. É a partir de D. Dinis que a documentação sobre a exploração de jazigos metalíferos se torna mais abundante, embora pouco loquaz, como é usual nos manuscritos destas épocas, chegados até nós. Neste reinado, são conhecidas as minas de ouro da Adiça, Junqueira e Pessegueiro <sup>(75)</sup>, apesar de permanecermos, até ao momento, na ignorância completa do quantitativo da exploração destes vieiros e, em que medida ele terá contribuído para a amoedação das dobras portuguesas.

Sendo, portanto, pouco provável a origem oriental, europeia, do metal amarelo, por demasiado dispendiosa, o mais crível, será inclinar-mo-nos para a sua proveniência muçulmano-sudanesa, à qual não estaria alheia a referência ao «ouro

---

<sup>(73)</sup> Roberto Lopez, *Studi sull' economia genovese nel medio evo*, in *Documenti e studi per la storia del commercio e del diritto commerciale italiano*, dir. por F. Patetta e M. Chiaudano, Turim, 1936, pp. 34 e ss.; Ch. Emmanuel Dufourcq, *L'Espagne catalane et le Maghrib aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles*, PUF, Paris, 1966, pp. 136 e ss.; Marc Bloch, *ob. cit.*, pp. 862-863; Jacques Heers, *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Aspects économiques et sociaux*, PUF, Paris, 1970, pp. 394-395; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 98-113, 120-127; *Idem*, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, 1962, pp. 177-184; P. Chaunu, *ob. cit.*, p. 315; E. Ashtor, *ob. cit.*, pp. 17-18, 22-25; Maurice Lombard, *ob. cit.*, pp. 27 e 34; F. Braudel, *Do ouro do Sudão à prata da América*, pp. 69-72; *Idem*, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, pp. 364-366.

<sup>(74)</sup> Ver nota 70.

<sup>(75)</sup> H. de Gama Barros, *ob. cit.*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1949, tomo VI, pp. 103-104, 106-109; Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, vol. I, p. 250.



de paiola» (76), encontrada no inventário dos bens do bispo do Porto, D. Sancho Pires, de 1296 (77), a menos que consideremos as dobras dionisinas, resultantes da fusão das peças estrangeiras, existentes no reino, o que, talvez, seja o mais lógico.

Cremos que é dentro desta perspectiva económica que têm de ser entendidos os documentos, agora, revelados.

Assim, tomámos conhecimento, pelo documento de 1323, que D. Dinis mandou emitir «algũas vezes», dobras e torneses, sendo lícito concluirmos que o mesmo numerário, referido na carta de Martim Durães, de 1324, porque não especifica a origem das espécies, seja de oficina portuguesa (78).

Será possível, também, englobarmos em cunhagens nacionais, os quarenta soldos de torneses, mencionados numa postura do concelho do Porto, datada deste último ano (79)?

Agora, perguntamo-nos: quando se teriam dado as primeiras amoedações portuguesas em ouro e prata, destas três espécies, que temos vindo a estudar?

Será que a carta-título, emanada da chancelaria, entre 23 de Setembro e 7 de Outubro de 1293, referindo «et carte de concilliis super immutationem monete» (80), é um

---

(76) A designação de «aurum de paiola» é aplicada ao ouro em pó, extraído na «insula Palola», sita na foz do rio Bambuk, actualmente designada por Wangara. A primeira notícia que existe deste ouro, pertence ao século XII, isto é, ao ano de 1184, através da informação do seu envio para o Egipto e para a Síria. Na Europa, aparece mencionado a partir do século XIII, sendo os muçulmanos e os genoveses, os donos deste comércio. Em 1265, encontramos-lo nas feiras de Champagne. (Roberto Lopez, *ob. cit.*, pp. 34-40, 42 e 50; Ch-Emmanuel Dufourcq, *ob. cit.*, p. 136; E. Ashtor, *ob. cit.*, p. 24; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 260, nota 3.

(77) J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, pp. 258-259.

(78) A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fls. 151 v.º e 161 v.º, respectivamente.

(79) J. Silva Marques, *ob. cit.*, vol. I, p. 45; A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, p. 302, nota 37.

(80) Esta referência é extraída de um título, existente na chancelaria de D. Dinis, entre duas cartas de aforamento, datadas de 23 de Setembro de 1293 e 7 de Outubro do mesmo ano.

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fl. 66 v.º; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. I, p. 36, nota 3.

marco a termos em consideração para o início de algumas delas?

Atentemos, ainda, num outro aspecto.

Como podemos verificar a emissão de dobras e maravedis, e a de torneses pertencem a mundos monetários diferentes. De facto, enquanto que as duas primeiras moedas estão perfeitamente integradas dentro dos tipos monetários muçulmanos e peninsulares, os últimos são, nitidamente, europeus, sendo Portugal, a Catalunha e, depois, a Navarra de Carlos II, o Mau<sup>(81)</sup>, os únicos reinos peninsulares a lançarem moeda branca de tipo francês, enquanto que Castela, após a cunhagem esporádica dos maravedis brancos, só com Pedro I, emitirá o real de prata<sup>(82)</sup>.

Pelo que respeita às espécies argênteas, supomos que D. Dinis terá iniciado o seu fabrico, pelos maravedis de liga de seis dinheiros<sup>(83)</sup>, na mesma linha dos dirrhemes muçulmanos e dos maravedis brancos de guerra de Afonso X, o Sábio, seu avô, simplesmente, já dentro de uma linha de desvalorização, inerente quer a uns quer a outros<sup>(84)</sup>.

Será que uma má aceitação por parte dos mercadores portugueses e da Europa mercantil, possuidora, agora, de boa moeda argênteia da lei de onze dinheiros<sup>(85)</sup>, terá originado o seu desaparecimento e tornado numa derrota a primeira cunhagem portuguesa de prata?

Julgamos que, como consequência deste provável, mas não provado, descrédito, o rei se viu coagido a ordenar, posteriormente, em data não confirmada<sup>(86)</sup>, a emissão de nume-

(81) O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 138 e 165.

(82) *Idem*, *ob. cit.*, p. 210; D. Pedro de Cantos Benítez, *ob. cit.*, p. 67; V. Magalhães Godinho, *L'économie de l'empire portugais...*, p. 139; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 10.

(83) A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 158.

(84) P. Batalha Reis, *ob. cit.*, p. 114; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, p. 23; E. Ashtor, *ob. cit.*, p. 34.

(85) Marc Bloch, *ob. cit.*, p. 860; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 134; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 300, nota 23.

(86) É curioso notar que a cruz do tornês é muito semelhante à da nova ordem militar de Cristo. Será que este facto nos poderá dar um

rário branco de boa lei, neste caso, o tornês ou forte, para responder ao aumento de pagamentos internacionais e nacionais, derivado do incremento comercial que se estava a fazer sentir no reino.

Não será, totalmente, de estranhar o facto da sua designação provir do «gros tournois» de Luís IX de França, se repararmos que este numisma existia, em Portugal, em grande quantidade, explicando-se esta, pelas abundantes relações comerciais entre os dois países<sup>(87)</sup>. A carta de quitação de 1280 menciona a quantia de sete mil oitocentos e três «turonensis grossi»<sup>(88)</sup>. O inventário do bispo do Porto, de 1298, refere a existência no seu tesouro, de «oytoçentos e çinquenta torneses grossos que forõ apreçados pelos ditos apreçadores per duzentas trijnta e quatro liuras de portugueeses»<sup>(89)</sup>. Ao ano de 1301, pertence o título de uma dívida de cinco mil destas moedas de prata, feita pelo bispo de Coimbra ao mestre da ordem dos Templários<sup>(90)</sup>.

Além da sua denominação e a comprovar a semelhança com o numerário de Luís IX, temos o peso do tornês dionisino, que, segundo Ferraro Vaz, varia entre 3,02 e 4,04 grs.<sup>(91)</sup>, encontrando-se portanto, muito próximos dos cunhados pelo rei

---

marco «ante quem» para a sua emissão, pois, assim, ela deveria ter sido realizada depois do ano de 1319, altura em que esta milícia foi criada (P.<sup>o</sup> Miguel de Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1968, p. 153; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, 1967, vol. I, pp. 155-156). Contudo, é uma mera hipótese que só a documentação pode ou não comprovar e, por enquanto, nada possuímos que tal possa corroborar.

(87) J. Lúcio de Azevedo, *ob. cit.*, vol. II, p. 426; H. de Gama Barros, *ob. cit.*, tomo X, p. 290; Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. I, pp. 457-458; Alberto Iria, *ob. cit.*, vol. II, tomo I, cap. IV, pp. 286 e 290.

(88) A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, p. 345; J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 329 e doc. n.<sup>o</sup> 34; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 138; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade em Portugal do século XII a XIV*, vol. II, pp. 301, 302.

(89) J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, pp. 258, 259.

(90) A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, p. 302, nota 37.

(91) J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 391.



francês <sup>(92)</sup>. Ignoramos, contudo, o seu número de peças no marco.

Também, se observarmos os exemplares, existentes no Museu de Numismática da Casa da Moeda de Lisboa, verificaremos que eles são inéditos, não só pela legenda, como pela letra gótica em que ela se apresenta. De facto, se excluirmos aquela, que bastante celeuma tem provocado, por única no género, ao longo da primeira dinastia, o que levou Lopes Fernandes a atribuir este tornês a D. Dinis, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, como atrás dissemos <sup>(93)</sup>, e atentarmos, somente, no tipo de letra, bastante perfeita, e diferente da utilizada nos dinheiros do mesmo rei, somos inclinados a concluir que o seu trabalho deve provir de moedeiros estrangeiros <sup>(94)</sup>, provavelmente, aragoneses ou franceses. Se, pelo gravado da letra, a moeda portuguesa se aparenta com os «croats» de Pedro III <sup>(95)</sup>, pai da rainha Santa Isabel, pelo tipo, ela lembra, de facto, o «gros tournois», dando-nos a sensação de que foi feita tendo por modelo este último. Se compararmos o numisma português com o francês, verificaremos que o reverso do primeiro apresenta muitas analogias com o anverso do segundo. Ambos têm uma legenda de invocação religiosa <sup>(96)</sup>, escrita em duas linhas concêntricas, separadas por uma cercadura, e, no campo central, uma cruz de braços iguais. Pelo que respeita à outra face de cada uma destas moedas, elas distinguem-se, porquanto o tornês português apresenta-se no anverso, com o nome do rei e com as armas reais, enquanto que, no reverso

<sup>(92)</sup> *Idem*, *ob. cit.*, p. 391; O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 137.

<sup>(93)</sup> Ver nota 49.

<sup>(94)</sup> Ver extra-texto, p. 224 e nota 36.

<sup>(95)</sup> O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 138-139 e 143.

<sup>(96)</sup> Enquanto que a legenda do reverso da moeda de prata de D. Dinis é: «ADIUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE DOMIN : QUI FECIT : CELUM ET. TERRAM» (J. Ferraro Vaz, *ob. cit.*, vol. II, p. 390 e estampa XV; *Idem*, *Livro das moedas de Portugal*, Braga, 1969, vol. I, p. 115), a do tornês de Luís IX é: «BNDICTV : SIT : NOME : DNI : NRI : : DEI : ISVXPI»; «LVDIVICVS REX», isto é, «Benedictum sit nomen Domini nostri Dei Jesu Christi» (R. A. G. Carson, *Coins, ancient, mediaeval & modern*, London, 1962, p. 289 e lâmina 36, n.º 566). Será curioso anotarmos a semelhança entre os pontos separatórios, existentes entre algumas palavras, em ambos os numismas.



Grav. 1 — Tornês de D. Dinis



Grav. 2 — Tornês de Luís IX

do numisma de Luís IX, podemos ver uma bordadura de flores de lis, rodeando o nome da cidade emissora desta peça monetária <sup>(97)</sup>.

Quanto à dobra que, inicialmente, designava a boa moeda de ouro almóade <sup>(98)</sup>, substituta do decadente morabitino ou dinar almorávida <sup>(99)</sup>, passa, a partir do século XIII, a designar idêntica peça, saída das casas monetárias do reino de Leão e Castela. Segundo parece, teria sido Fernando III, o Santo, primo direito de Luís IX, de França, o primeiro monarca peninsular a cunhar moeda de ouro, a dobra, em substituição do anterior maravedi áureo dos reis leoneses-castelhanos <sup>(100)</sup>. Pertencem a este soberano, como já atrás o referimos, as «duplas magnas Ffernandiis» e as «duplas parvas Ffernandiis», valendo uma das grandes, dez das pequenas <sup>(101)</sup>. Após a interrupção na amoedação de metal amarelo por parte de Afonso X, ela prossegue com Sancho IV, Fernando IV, genro de D. Dinis, e Afonso XI, para só nos referirmos aos monarcas que mais privaram com o marido da rainha Santa Isabel <sup>(102)</sup>.

---

<sup>(97)</sup> Ver extra-texto, p. 224, grav. n.º 2.

<sup>(98)</sup> Ver nota 30.

<sup>(99)</sup> Marc Bloch, *ob. cit.*, p. 849; V. Magalhães Godinho, *L'économie de l'empire portugais...*, pp. 97, 131, 133; O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 103, 110-115; E. Ashtor, *ob. cit.*, p. 17; R. Sédillot, *ob. cit.*, p. 129; M. Lombard, *ob. cit.*, pp. 35-37, 42, 44; M. B. Lopes Fernandes, *ob. cit.*, p. 7; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 15-18, 34, 73, 75, 76, 79, 80; A. Teixeira de Aragão, *ob. cit.*, vol. I, pp. 22 e 23; J. Lúcio de Azevedo, «Da moeda nacional e suas variações mais notáveis», in *Novas Epanáforas. Estudos de História e Literatura*, Lisboa, 1932, p. 68.

<sup>(100)</sup> Afonso III cunha, em 1175, na casa monetária de Toledo, as primeiras moedas de ouro da Península cristã. São os denominados maravedis alfonsins, imitação dos muçulmanos, inclusivé, nos caracteres arábicos da legenda de invocação cristã. Os seus sucessores lavrá-los-ão com o mesmo nome. (Marc Bloch, *ob. cit.*, pp. 841, 856; D. Pedro de Cantos Benitez, *ob. cit.*, pp. 118, 171, 198, 199; P. Batalha Reis, *ob. cit.*, pp. 19, 36, 83, 86-91.

Pela lei de almotacaria, sabemos que estes maravedis eram computados em 30 soldos (Ver nota 10).

<sup>(101)</sup> Ver nota 42.

<sup>(102)</sup> O. Gil Farrès, *ob. cit.*, pp. 203, 206, 209, 210; V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 131, 136 e 139.



Na Catalunha, Jaime I cunha, também, nas suas oficinas monetárias, as únicas dobras que, mais tarde, os seus sucessores substituirão por florins<sup>(103)</sup>, enquanto que a Navarra só iniciará o fabrico de numerário áureo, os escudos, na segunda metade do século XIV<sup>(104)</sup>.

Daí que a moeda amarela de D. Dinis se encontre, perfeitamente, integrada na numária peninsular da época.

No que respeita à liga monetária, a dobra portuguesa é, ainda, uma interrogação. Teria sido lavrada à semelhança da dobra almóade, na razão de cinquenta peças no marco, com o peso de 4,75 grs., no máximo<sup>(105)</sup>?

A esta e às outras questões que, aqui, pusemos, não sabemos, de momento, dar resposta, quer por falta de exemplares quer pela raridade da documentação existente a este respeito.

Cremos que a explicação para a inexistência de testemunhos numismáticos, está, provavelmente, na pouca quantidade de peças oriundas destas emissões régias, o que ocasionaria o seu desaparecimento prematuro, acrescido de que, segundo a lei natural de toda a evolução monetária, a má moeda determina a expulsão da boa.

Apenas quisemos, com estas linhas, alertar a atenção dos numismatas e dos historiadores, sobretudo, os de história económica, para a documentação apresentada, da qual parece dever concluir-se *que Portugal acompanhou, desde os finais do século XIII e inícios do XIV, a revolução europeia da prata e do ouro*, com a cunhagem de dobras, ligadas ao sistema muçulmano de amoedação aurífera, e de torneses, estes últimos integrados no sistema argentífero contemporâneo, nitidamente, europeu, após uma primeira, fugaz e falhada tentativa de imitação dos dirrhemes muçulmanos.

Foi, portanto, D. Dinis, o primeiro soberano português a dotar o país de um sistema monetário completo, e não D. Pedro I, como até agora se tem pensado.

---

(103) O. Gil Farrès, *ob. cit.*, p. 138.

(104) *Idem*, *ob. cit.*, p. 161.

(105) *Idem*, *ob. cit.*, p. 119.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

### DOC. N.º 1

1323 — 26 de Junho

«Don Denis, pela graça de Deus, rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta viren, faço saber que como Gonçalo Dominguiç, meu de criaçon e meu sacador das mhas dividas en Lixbõa, me servisse gran tempo ha en muytas cousas en ffecto do meu aver tan ben en tirar as mhas dividas come en estar nas mhas moedas que eu per algũas vezes mandey fazer per meu mandado peça d'aver, tan ben en dobras e en torneses e en dinheiros, que el a mim deu e que eu del regeby assi como lho eu mandava a dizer come per outras maneiras muytas en que eu achei senpre e fuy çerto e soom que me servyu muy ben e muy verdadeiramente guardando hy lealdade e o que lhy eu mandava o milhor e mays lealmente que sse podia fazer e por que eu avendo-o provado en verdade e en lealdade en toda-las cousas sobredictas, ei rrazon de querer que o sseu corpo e o sseu aver e dos seus hereeos seja guardado agora e adeante en todo tempo tan ben na mha vida come depoyes da mha morte pera non aver rrazon nem achacui nêhuũ dos meus suscessores nen outro nêhuũ de demandar nen achacar sen dereito e sen rrazon o dicto Gonçalo Dominguiç nen nêhuũ dos seus hereeos. Porende eu, sobredicto rey Don Denis, dou o dicto Gonçalo Dominguiç por livre e por quite pera todo senpre ata a dada desta carta de todo o aver que el regebeu e ouve de veer per meu mandado e per cada hũa das razõs sobredictas, e mando que eu nen outren por mim nen per mha rrazon nen per outra maneira nêhũa tan ben na mha vida come depes da mha morte, non possan demandar nen achacar el nen seus ereeos per esta rrazon ata a dada desta carta como dicto he, nen dizer que an rrazon nen auçon nen hũa cont<r>a el nen contra seus hereeos e se o disseren non valha nen lhis seja cabudo. E porque esto seja çerto e non possa viir en divida, mandei-lhy eu dar esta mha carta, na qual por mayor firmidõe soscrevy meu nome con mha mão. Dante en Lixbõa, xxbj dias de Junho. ElRey o mandou, Joham Martiz a ffez. Era Mª iijº Lxj anos. El el-rey dom Denis soscrevy aquy».

## DOC. N.º 2

1324 — 26 de Junho

«Sabhan todos que en presença de mim, Martin Perez, tabalion d'el-rey, en a sa terra d'Aguiar de Nevha e das testemunhas que adeante son escriptas, Dom Duran Eanes, abade de Sancta Maria de Carvoeiro, disse como fosse mandado per carta d'el-rey a Domingos Paaez e a Vaasco Meendiz que apreçassem o terço e o quinto que Duran Paaez mandara ao dicto monasterio e apreçado segundo lhis fora mandado pela dicta carta d'el-rey que acharon que valia en compra o dicto terço e quinto, cento e oyteenta morabitos velhos meus. vj. dinheiros, os quaes dizia que fora mandado a Gonçalo Durañez que pagasse os dictos dinheiros ao dicto abade e que o dicto Gonçalo Duraães os non quisesa pagar. E dizia o dicto abade que vendia en que se soya do dicto terço e quinto a Servida Durañez, filha que fora do dicto Duran Paaez, por que a dicta Servida Durañez, filha que fora do dicto Duran Paaez, era da condiçõ do dicto Gonçalo Durañez e que pagasse en os foros e dereitos que el-rey en avya d'aver polos dictos cento e oyteenta morabitos velhos meus sex dinheiros, que dela regeberon de que se dava por ben pagado e por ben entregue e que mandava e outorgava que a dicta Servida Durañez ouvesse o dicto terço e quinto, firme pera todo senpre ela e seus sucessores e que ela mandasse por que o dicto Gonçalo Durañez o non quisesa pagar. E a dicta Servida Durañez s'obrigou a pagar todo-los dereitos que del avyan a pagar a el-rey en cada huõ ano. Fecto foy esto no olival do dicto monasterio, xvij dias de Mayo E<sup>a</sup> M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> e Lxij<sup>o</sup> anos. Testemunhas: Ffernan Peres, tabalion da dicta terra, e Gonçalo Rodriguez, meyrinho do dicto logo, e Montalvan, seu homen, e outros. E eu, tabalion sobredicto que esto escrevy a rrogo e per mandado dos sobredictos e a estas cousas presente fui e en elas este meu sinal pugi que tal he en testemuño de verdade».

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 158.